



INFÂNCIA PLATAFORMIZADA E HIPERMEDICALIZADA: IMPACTOS NA RELAÇÃO PEDAGÓGICA E NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

PLATFORMIZED AND HYPERMEDICALIZED CHILDHOOD: IMPACTS ON PEDAGOGICAL RELATIONSHIPS AND SUBJECT FORMATION

Ornédio Almeida Oliveira¹

Alex Paubel Junger²

Michel da Costa³

DOI: 10.5281/zenodo.23127887

RESUMO

A contemporaneidade assiste a uma mutação sem precedentes no conceito de infância. O que antes era resguardado pelo véu da privacidade e pelo tempo lento do amadurecimento, hoje é lançado

¹ Aluno regular no Programa de Mestrado Profissional em ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL. Possui graduação em matemática pela UNITAU (2005), Especialização em Educação Matemática pela EEL- USP (2008), Gestão Escolar pela Faculdade Famart (2024) Possui conhecimentos de softwares livres para simulação de aprendizagem, bem como, linguagem de programação. Possui experiência como docente nos níveis básico e superior, em entidades públicas e privadas de ensino.

² Pós -Doutor em Engenharia e Gestão da Inovação, Doutor em Energia pela Universidade Federal do ABC. Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos, possui graduação em Administração e Comunicação Social (Publicidade e Propaganda). Atualmente é Professor Doutor da Univesp, vinculado a área da Administração, Pesquisador permanente no Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (CAPES 4), orientando pesquisas de Mestrado e Doutorado na área de Ensino. Atua, concomitantemente, em auditorias como avaliador de cursos no INEP/MEC e avalio Programas de Pós-Graduação Stricto-Sensu na CAPES vinculado a área 46 (Ensino). <https://orcid.org/0000-0002-5072-1012>.

³ Doutor em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN(2019), Mestre em Educação Matemática pela Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN (2010), Pós Graduação em Educação a Distância pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES (2018), Especialização em Formação Pedagógica - Tecnologias para Gestão da Aprendizagem pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES (2020), Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Don Domênico (2003) e Licenciatura em Ciências - com habilitação plena em Matemática pela Universidade Santa Cecília - UNISANTA (2000). Professor Integral da Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, atuando como Professor Permanente no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu - Práticas Docentes no Ensino Fundamental; Supervisor de Ensino na Prefeitura Municipal de Cubatão e regular no Programa de Pós Doutorado pela Universidade Cruzeiro do Sul. <https://orcid.org/0000-0001-5951-7870>.

precocemente na arena do espetáculo público e da monetização digital. Este artigo propõe uma análise densa e necessária sobre a convergência de fenômenos que não apenas transformam a vivência infantil, mas corrompem as bases da relação pedagógica: a infância plataformizada (expressa pelo sharenting, pela erotização estética e pela terceirização afetiva mediada por telas) e a infância hipermedicalizada (marcada pela patologização da agitação natural, pela “indústria do laudo” e pela perversão do conceito de equidade, frequentemente utilizado como salvo-conduto para a desresponsabilização educativa). Ao longo desta obra, o leitor é convidado a confrontar o paradoxo da “era da conexão”: enquanto as redes sociais prometem visibilidade e hiperconexão, a subjetividade da criança é silenciada em prol de algoritmos e rótulos psiquiátricos. Ancorado em referenciais teóricos que vão de Vygotsky e Piaget à sociologia do desvio de Howard Becker, à análise neurocientífica de Michel Desmurget, à modernidade líquida de Zygmunt Bauman, à filosofia de Byung-Chul Han e aos aportes de Giroux, D’Ambrosio e Williams, este trabalho posiciona o professor não como um mero executor de plataformas digitais ou burocrata de relatórios, mas como o último baluarte da mediação humana e da resistência contra a “escuridão pedagógica” da inteligência artificial desregulada. É, antes de tudo, um chamado à virtude, à responsabilidade adulta e à retomada da autoridade ética no ato de educar.

Palavras-chave: Infância plataformizada; Hipermedicalização; Mediação pedagógica; Subjetividade; Tecnologia educacional; Autoridade ética.

ABSTRACT

Contemporary society has undergone profound transformations in the concept of childhood, historically protected by privacy and a gradual developmental pace. Currently, children are increasingly exposed to the logic of public spectacle, digital monetization, and hypermedicalization. This study analyzes four central phenomena reshaping childhood and pedagogical relationships: sharenting, aesthetic eroticization, the pathologization of natural behaviors, and the outsourcing of affective care mediated by digital screens. Furthermore, the paper examines the paradox of the “age of connection,” where child subjectivity is subordinated to algorithmic dynamics and diagnostic labeling. The ambiguous use of equity as a moral release for educational responsibility is also addressed. Drawing on theoretical frameworks from developmental psychology, sociology, and contemporary philosophy (Piaget, Vygotsky, Becker, Desmurget, Bauman, Williams, Giroux), the study emphasizes the role of the teacher as a critical mediator and an agent of resistance against technological and market-driven pressures in education. It concludes by stressing the urgent need to reaffirm the ethical dimension of teaching and strengthen human-centered pedagogical practices.

Keywords: Platformized childhood; Hypermedicalization; Pedagogical mediation; Digital culture; Subjectivity; Educational ethics.

1. INTRODUÇÃO E CONVERGÊNCIA DOS FENÔMENOS: A INFÂNCIA COMO ESPETÁCULO PÚBLICO E COMERCIAL

A contemporaneidade assiste a uma mutação sem precedentes no conceito histórico e social de infância. O período da vida que antes era resguardado pelo véu da privacidade, pelo recôndito doméstico e pelo tempo lento e progressivo do amadurecimento biológico e psíquico,

hoje é lançado de forma precoce e sistemática na arena do espetáculo público, da hiperexposição e da monetização digital. O espaço seguro da proteção infantil cede lugar a uma exposição permanente, onde as dinâmicas de mercado passam a reger os ritmos do desenvolvimento.

Este artigo propõe uma análise densa e necessária sobre a convergência de fenômenos contemporâneos que não apenas transformam substancialmente a vivência infantil, mas atacam e corrompem as bases mais profundas da relação pedagógica. Sob o título *Infância Plataformizada e Hipermedicalizada: Impactos na Relação Pedagógica e na Formação do Sujeito*, examina-se a interseção entre o ambiente virtual desregulado e a tendência crescente à biologização das condutas humanas.

A captura do universo infantil pela cultura das plataformas digitais estrutura-se a partir de duas manifestações centrais:

A criança como troféu e conteúdo (*Sharenting*)

Observa-se a conduta recorrente em que pais e responsáveis buscam validação social, prestígio e compensação narcísica por meio do desempenho, da estética e da rotina exposta dos filhos. Ao publicar exaustivamente o dia a dia da criança para obter engajamento, visualizações e aprovação algorítmica, o limite fundamental entre a vida privada e o entretenimento público se apaga. Essa prática ocorre comumente muito antes de a criança ter plena consciência de sua própria imagem ou discernimento para autorizar sua veiculação na rede mundial de computadores, violando preventivamente seu direito à intimidade e à construção autônoma da própria identidade.

A projeção nos filhos de uma erotização estética precoce

Alinhada às exigências visuais das redes sociais (como *Instagram* e *TikTok*), nota-se a imposição de padrões estéticos adultos a indivíduos em estágio inicial de formação. Impõem-se às crianças poses, vestimentas, maquiagens e comportamentos erotizados. O que costuma ser comercializado sob os eufemismos de "charme", "estilo" ou "graça" representa, em análise crítica, o dismantelamento sistemático da espontaneidade e da ingenuidade infantis em favor de um padrão visual hipersexualizado, filtrado e ajustado ao consumo de massa.

Ao longo desta investigação, o leitor é convidado a confrontar o paradoxo central da chamada "era da conexão": enquanto as redes sociais promovem promessas ilimitadas de visibilidade, interação e presença digital, a subjetividade singular da criança é silenciada,

modulada e subordinada à lógica dos algoritmos de recomendação e ao imperativo do espetáculo.

2. A HIPERMEDICALIZAÇÃO E A PATOLOGIZAÇÃO DA AGITAÇÃO NATURAL INFANTIL

Paralelamente ao processo de plataformização da vida cotidiana, presencia-se a consolidação de uma infância hipermedicalizada. Vivencia-se uma marcada patologização do comportamento, na qual a fronteira conceitual entre um transtorno neurodesenvolvimental efetivo — como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou o Transtorno Opositor Desafiador (TOD) — e a agitação motora, a curiosidade e a vivacidade naturais do brincar e do crescer se torna extremamente fluida e tênue.

O fenômeno do "falso positivo" em diagnósticos comportamentais infanto-juvenis revela-se uma engrenagem complexa que converte traços normais e fisiológicos do desenvolvimento humano em desordens psiquiátricas. Quando um diagnóstico é elaborado de maneira apressada, rasa ou estritamente sintomática, ele perde sua função primordial de ser um instrumento terapêutico e inclusivo de amparo para se transformar em um rótulo estigmatizante e paralisante.

Nesse contexto, o diagnóstico precoce passa a atuar frequentemente como um mecanismo de alívio e defesa para o núcleo familiar e para o sistema escolar. Ao rotular uma criança agitada, dispersa ou questionadora como "portadora de uma condição neurobiológica", constrói-se uma justificativa que afasta o debate sobre as falhas no processo educativo, a ausência de limites claros, a falta de rotina e a escassez de tempo dedicado à convivência de qualidade. Se a conduta é encarada exclusivamente como um "desequilíbrio químico", eximem-se os adultos da responsabilidade primária de educar e exercer a mediação ética.

Recorrendo à sociologia do desvio desenvolvida por Howard Becker em sua obra *Outsiders*, compreende-se que ao "etiquetar" uma criança como desviante ou patológica, a sociedade (representada pelos pais, professores e profissionais de saúde) altera radicalmente o padrão de interação com ela. A criança, por sua vez, passa a internalizar o rótulo atribuído e a reestruturar sua autoimagem. Consequentemente, ela tende a intensificar os comportamentos agitados ou inadequados, uma vez que tais atitudes passam a ser socialmente esperadas de alguém formalmente diagnosticado. Trata-se da consolidação de uma identidade construída não a partir de uma alteração biológica comprovada, mas decorrente da falha na condução educativa

e da precipitação diagnóstica. Becker sintetiza esse processo ao demonstrar que, ao rotular, a sociedade não está solucionando uma dificuldade prévia, mas sim produzindo um novo tipo de sujeito categorizado.

É perceptível, ainda, o fenômeno contemporâneo em que afirmar ter diagnósticos psiquiátricos passou a ser tratado quase como uma tendência de moda ou acessório de personalidade nas redes digitais. Esse movimento fomenta e sustenta o crescimento vertiginoso da indústria da saúde mental infanto-juvenil e da indústria farmacêutica. Dados oficiais do Ministério da Saúde indicam um crescimento significativo no contingente de profissionais atuantes na saúde mental no Brasil: entre os anos de 2010 e 2023, registrou-se um aumento de aproximadamente 70%, dado que guarda correlação direta com o avanço da proliferação diagnóstica na infância e com a medicalização de dilemas eminentemente pedagógicos e sociais.

3. A TERCEIRIZAÇÃO DO AFETO E A "BABÁ DIGITAL": O IMPACTO DAS TELAS NO DESENVOLVIMENTO

A expansão e o uso indiscriminado das telas para silenciar, apaziguar ou distrair crianças produzem um abismo nas interações humanas essenciais. A convergência entre o isolamento tela-a-tela e a ausência de convivência presencial gera o que diversos especialistas conceituam como uma "infância roubada" ou desprovida de espontaneidade, na qual o sujeito mirim deixa de ser o protagonista ativo de suas vivências corporais e lúdicas para se tornar um mero objeto consumidor de estímulos visuais rápidos.

O emprego do *smartphone* ou do *tablet* como recurso frequente de pacificação ou de entretenimento autodenominado "pedagógico" constitui uma armadilha para o desenvolvimento cognitivo. Esses dispositivos entregam estímulos luminosos, dinâmicos e dopaminérgicos de forma ininterrupta. Uma criança habituada a esse fluxo constante de gratificação instantânea dificilmente desenvolverá a paciência necessária para suportar os tempos lentos da aprendizagem escolar, da leitura profunda, do raciocínio abstrato e do tédio. O tédio, longe de ser um mal a ser erradicado, figura como elemento fundamental para a ativação do pensamento criativo e para o desenvolvimento da auto-observação.

A utilização das telas para garantir o silêncio infantil proporciona uma tranquilidade temporária para pais exaustos ao fim de jornadas exaustivas de trabalho. Todavia, essa conveniência momentânea não pode eximir a família da tarefa inalienável de educar para as virtudes e para a formação de valores sociais sólidos. A formação ética exige presença, escuta ativa e diálogo constante, elementos que não podem ser substituídos por algoritmos.

Sobre as dinâmicas sociais contemporâneas, Zygmunt Bauman, em sua conceituação da *modernidade líquida* e do *amor líquido*, argumenta que vivemos em uma época caracterizada pela fragilidade dos laços humanos, na qual o desejo de liberdade individual entra em constante tensão com a necessidade de segurança emocional. Bauman reforça que os relacionamentos interpessoais foram progressivamente transformados em bens de consumo: busca-se usufruir dos benefícios do afeto, do companheirismo e do status social, mas teme-se o investimento interpessoal de longo prazo, o compromisso e o desgaste da convivência contínua. Educar no ambiente familiar é um trabalho árduo; requer repetição, dedicação contínua e, prioritariamente, a sustentação do "não" e da frustração do filho.

Instaura-se, assim, uma inversão das funções institucionais: espera-se que a escola assuma a tarefa de educar moralmente (ensinando modos, limites, respeito e valores de convivência), enquanto o núcleo familiar se restringe muitas vezes à função de entreter e satisfazer os desejos da criança. O preço dessa inversão é a erosão da autoridade parental e a fragilização dos vínculos afetivos. Para formar sujeitos virtuosos e disciplinados, pais e educadores precisam, antecedentemente, exercitar a autodisciplina e sustentar a própria autoridade ética, recusando atalhos facilitadores que comprometem o futuro dos educandos.

4. EM NOME DA EQUIDADE SE ESCONDE A CORRUPÇÃO DO CONCEITO: A "INDÚSTRIA DO LAUDO"

O conceito de equidade — originalmente concebido no campo do direito e da pedagogia como um instrumento essencial de justiça social para nivelar oportunidades e oferecer recursos diferenciados a quem apresenta necessidades específicas — sofre uma perversão ética quando instrumentalizado para fins individuais. O conceito deixa de ser um meio para garantir a inclusão real e torna-se um expediente para assegurar privilégios e dispensas acadêmicas.

Em vez de a equidade propiciar metodologias adaptadas para que o estudante supere suas dificuldades e alcance autonomia, ela passa a ser evocada para justificar a abolição de limites, a ausência de disciplina e a isenção de esforço. O que deveria ser o "direito à diferença" converte-se no "direito à negligência". Essa distorção opera predominantemente em três frentes principais:

Frente 1: A Equidade como "Licença para a Indisciplina"

Na articulação entre diagnósticos comportamentais e rotina escolar, a equidade é acionada de forma invertida. Desenvolve-se o discurso de que, pelo fato de a criança possuir um ritmo diferenciado ou um laudo de TDAH/TOD, ela não pode ser cobrada quanto ao cumprimento de prazos, não precisa seguir as regras de convivência da instituição e deve gozar de flexibilizações irrestritas. A equidade, neste viés distorcido, deixa de fornecer ferramentas para o desenvolvimento do estudante e passa a rebaixar permanentemente as exigências pedagógicas, impedindo que o indivíduo enfrente frustrações necessárias ao seu amadurecimento.

Frente 2: O Coletivismo como Escudo Individual

Pautas legítimas de equidade e inclusão voltadas a grupos vulneráveis são por vezes capturadas para ocultar falhas individuais de postura ou ausência de empenho acadêmico. O indivíduo busca um "salvo-conduto moral", assumindo a posição de vítima respaldada por um laudo ou rótulo diagnóstico para imunizar-se contra críticas pedagógicas, classificando qualquer exigência de desempenho como ato de "preconceito" ou "falta de empatia".

Frente 3: A "Indústria do Laudo" e a Equidade Seletiva

Instaura-se uma busca deliberada por laudos e diagnósticos clínicos (TDAH, Transtorno do Espectro Autista - TEA, distúrbios de processamento) com o objetivo explícito de acessar benefícios previstos em leis, editais de exames e avaliações educacionais. Observa-se a requisição de tempo adicional em provas, dispensa de conteúdos fundamentais e flexibilização de metas. A equidade, dessa forma, é esvaziada de seu sentido ético e transformada em uma vantagem competitiva de ocasião.

Consolida-se a substituição da justiça pela conveniência. A verdadeira equidade pressupõe um trabalho pedagógico rigoroso para que o aluno alcance seu potencial máximo; a equidade corrompida opta pelo caminho mais confortável, descartando o esforço necessário e celebrando dispensas que fragilizam a formação do estudante.

5. HIPERINFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E O PAPEL DA MEDIAÇÃO DOCENTE

A evolução célere das tecnologias de informação impõe desafios constantes à atuação docente. O cotidiano das novas gerações é marcado pelo acesso ininterrupto a fluxos de dados via plataformas como *Instagram*, *TikTok*, *WhatsApp*, *Telegram* e a rede X. A exposição contínua a essas mídias transforma os modos de agir, sentir e aprender dos alunos, tornando o ato educativo uma tarefa de elevada complexidade.

O neurocientista Michel Desmurget, em seu livro *A Fábrica de Cretinos Digitais*, alerta para os prejuízos decorrentes do excesso de exposição às telas, ressaltando o surgimento de um comportamento patológico que passa a ser aceito socialmente como se fosse o novo padrão de normalidade. Desmurget enfatiza criticamente: "O que estamos fazendo com nossos filhos é imperdoável. Nunca na história houve tal massacre das faculdades cognitivas e emocionais." (Desmurget, 2021, p. 10)

Complementarmente, James Williams, na obra *Liberdade e resistência na economia da atenção*, aponta que as tecnologias digitais atuam diretamente na captura da atenção do usuário, redesenhando seus desejos e limitando sua autonomia reflexiva. Ao operar mediante estímulos projetados para gerar engajamento contínuo, a tecnologia digital sequestra a capacidade de foco do indivíduo. Já em 1971, o prêmio Nobel Herbert A. Simon antecipou esse fenômeno ao enunciar que "a abundância de informação conduz à escassez de atenção". Em uma era saturada por dados, a atenção torna-se o recurso mais raro e valioso a ser cultivado na escola.

Nesse cenário de dispersão generalizada, a presença e a mediação do professor tornam-se ainda mais indispensáveis. Os procedimentos didáticos precisam priorizar a construção coletiva do conhecimento. As ferramentas de Inteligência Artificial (IA), quando integradas com intencionalidade pedagógica, podem permitir ao educador compreender as estratégias

cognitivas dos estudantes e intervir de forma qualificada no processo de ensino-aprendizagem (Valente, 1999). Contudo, observa-se que os projetos pedagógicos de muitas instituições públicas e privadas se encontram defasados, operando com metodologias desconectadas da realidade contemporânea.

A perspectiva sociointeracionista fundamenta que a apropriação do saber ocorre na transição do plano social para o plano individual, processo que exige a mediação qualificada do educador (Faria, 2002). O docente mediador problematiza o conhecimento, desafia os estudantes e utiliza os recursos tecnológicos como meios para provocar a interatividade e o pensamento crítico.

Não se trata de substituir a lousa, o livro impresso ou a presença física pela mera introdução de dispositivos informatizados. Os recursos mais potentes da aprendizagem continuam sendo a interação dialética entre professor e aluno. Conforme adverte Ubiratan D'Ambrosio (2005), é necessária uma reorganização curricular crítica e moderna, capaz de integrar as novas linguagens tecnológicas sem abrir mão do rigor conceitual e da reflexão profunda.

6. O USO INDEVIDO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A "FRAUDE ACADÊMICA"

A presença da inteligência artificial, de plataformas de comunicação instantânea e de jogos digitais no ambiente escolar e familiar impõe dilemas éticos complexos. Se por um lado os dispositivos digitais estão amplamente disseminados nas residências, por outro torna-se cada vez mais frequente a utilização de ferramentas de IA generativa com a finalidade exclusiva de obter respostas prontas para trabalhos e avaliações, burlando o processo real de estudo e assimilação conceitual.

Como consequência desse uso indevido, alunos de diversos níveis de ensino são sucessivamente aprovados sem que tenham dominado os conteúdos e habilidades básicos da etapa escolar. Esse contexto gera injustiça acadêmica, prejudica os estudantes que se dedicam ao estudo autônomo e impossibilita que os professores realizem um diagnóstico fidedigno das dificuldades da turma.

Reportagem veiculada no telejornal *Band Vale* ilustra a dimensão do problema ao revelar que estudantes da rede pública de São Paulo utilizavam a plataforma *Discord* para organizar grupos compostos por milhares de integrantes dedicados a compartilhar gabaritos e soluções automáticas de tarefas e provas, configurando uma modalidade estruturada de fraude escolar. Diante dessa realidade, órgãos gestores da educação têm buscado implementar registros no Prontuário Digital do Estudante (PDE) para notificar o uso recorrente de ferramentas externas voltadas a fraudar a aprendizagem.

A tecnologia alcança resultados pedagógicos positivos apenas quando orientada por um uso ético e supervisionado. Do contrário, a profusão de dados não mediados por algoritmos comerciais pode comprometer a formação do pensamento crítico, transformando estudantes em meros receptores passivos de conteúdos fragmentados. Esse processo consolida a *plataformização do ensino*, na qual propostas apresentadas como *aprendizagem personalizada* ou *gamificação* nada mais são do que a reedição de um comportamentalismo tecnicista baseado na lógica de estímulo e resposta imediata.

O estudante passa a acertar os exercícios porque memorizou o padrão gráfico da plataforma digital, e não porque compreendeu o conceito subjacente. Caso o contexto do problema seja alterado, o aluno encontra-se incapacitado de resolvê-lo. Trata-se de uma aprendizagem restrita à interface da plataforma, sem transferência para a vida real. Acreditar que a simples presença de dispositivos tecnológicos em uma escola garante a qualidade do ensino equivale a supor que a posse de óculos garante a visão nitidamente desenvolvida. Uma instituição pode estar totalmente informatizada e, ainda assim, operar em profunda "escuridão pedagógica". A educação de qualidade define-se pela atividade mental e reflexiva do estudante quando as telas estão desligadas.

Paralelamente, o excesso de informação e de opções digitais remete ao conceito psicológico do *paradoxo da escolha*, formulado por Barry Schwartz(2007). Ter opções em demasia pode gerar ansiedade, paralisia decisória e insatisfação permanente. Quando exposto a um volume ilimitado de alternativas digitais e de dados, o estudante frequentemente entra em paralisia cognitiva ou assume escolhas superficiais.

7. "EM SALA DE AULA TENHO APENAS DOIS AMIGOS, NAS REDES SOCIAIS NO MÍNIMO DOZE MIL"

A análise articulada entre os aportes de Barry Schwartz e Zygmunt Bauman (2004) revela complementaridades teóricas profundas. Enquanto Bauman analisa a liquidez dos laços e a volatilidade dos afetos na contemporaneidade, Schwartz explica o mecanismo psicológico que favorece o descarte das relações: a percepção de que, diante de um mercado virtual repleto de opções de interação, investir na construção de um vínculo presencial e duradouro possui um "custo de oportunidade" elevado.

A frase que ilustra esta seção sintetiza a ilusão produzida pelas redes sociais. O estudante contabiliza milhares de conexões virtuais, mas experimenta solidão no ambiente presencial da sala de aula. O uso da tecnologia travestido de falsa aprendizagem distancia o aluno da experiência pedagógica autêntica, reduzindo a formação humana a trocas meramente mercadológicas e superficiais.

Cabe ao professor desenvolver com os alunos uma postura ética no manuseio das tecnologias digitais, promovendo uma mediação pedagógica capaz de incentivar o pensamento crítico e a reflexão sobre os fenômenos sociais globais. O mercado de trabalho exige competências tecnológicas, e a escola não deve alhear-se dessa realidade. O risco de não garantir o acesso crítico às tecnologias digitais é a exclusão e a obsolescência dos estudantes (Guareschi, 2006). Todavia, essa integração deve ocorrer sob uma consciência pedagógica autêntica, recusando a automação desregulada que anula a autonomia do sujeito.

Historicamente, a elaboração de reformas e planos educacionais muitas vezes reduziu o professor à condição de mero executor de diretrizes burocráticas e atividades preestabelecidas. Contudo, inserido na complexidade das relações sociais, o docente pode e deve exercer ações de resistência ética frente a projetos que desvalorizam o ato de ensinar (Giroux, 1986).

8. A VISÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO PROFESSOR E A NATUREZA DA ESCOLA

A identidade e o papel social do professor passam frequentemente por um processo de desvalorização e distorção. Conforme pontua Miguel Arroyo (2000, p. 58), "somos a imagem

que fazem do nosso papel social, não o que teimamos ser". Observa-se na sociedade uma tendência a emitir opiniões leigas sobre a gestão escolar e o fazer pedagógico, desconsiderando o saber científico e a formação específica exigidos para o exercício da docência.

Nesse debate, a afirmação da doutora Maria Salett Biembengut ganha relevância fundamental ao ressaltar que a "Escola é escola, não um centro de convivências". A instituição escolar possui uma função social própria e insubstituível: a democratização do acesso ao conhecimento sistematizado, a formação do pensamento autônomo e o desenvolvimento do rigor intelectual.

Segundo Sanny Rosa (2007), as discussões sobre a relação professor-aluno e sobre o sucesso do processo educativo costumam ser reduzidas a discursos moralistas que atribuem ao docente a responsabilidade exclusiva pelo êxito ou fracasso escolar. Classifica-se o professor de modo simplista como "autoritário" ou "democrático", partindo de uma visão ingênua que pressupõe que o êxito pedagógico depende apenas da "boa vontade" ou da afabilidade do educador. Rosa (2007, p. 61-62) destaca criticamente:

Tais críticas, que por sua característica acusatória revelam já a arrogância dos que se reservam o direito de julgar, se pautam numa visão romântica e até mesmo ingênua [...] sobre o papel do educador. Como se o sucesso do que se passa na escola dependesse exclusivamente da boa vontade da pessoa do professor e de sua postura 'democrática' em sala de aula, o que muitas vezes não passa de uma atitude apenas demagógica que nada tem a ver com a educação. Pois educar significa, sim, opor certa resistência, 'dizer não', definir limites, frustrar ou numa palavra, desiludir. (Rosa, 2007, p. 61-62)

A fragilidade do sistema educacional brasileiro reflete-se também nos dados dos exames oficiais de desempenho, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os resultados evidenciam disparidades regionais expressivas, além de revelarem os impactos negativos da descontinuidade de políticas públicas provocada pela rotatividade constante de gestores nas secretarias de educação a cada mudança de governo.

No que tange à natureza da aprendizagem, o conceito vai além da mera memorização de dados. A aprendizagem autêntica envolve a aquisição e a reestruturação de conhecimentos, habilidades e modos de conduta. W. Grey Walter (1962, p. 133) pondera que a repetição mecânica de informações não comprova a compreensão; para verificar se o aprendizado foi repetitivo ou analítico, é necessário observar a capacidade do sujeito de estabelecer associações e aplicar o conhecimento em novos contextos. (Hickmann *et. al.*, 2022).

A concepção construtivista de Jean Piaget estabelece que o conhecimento não é algo pronto ou transmitido passivamente, mas uma construção contínua decorrente da interação ativa do indivíduo com o meio físico e social. Conforme reforçam Coll, Marchesi e Palácios (2004, p. 294), o construtivismo oferece princípios que orientam a prática pedagógica, posicionando os professores como mediadores que facilitam a construção autônoma do saber pelo aluno, podendo recorrer a diversos recursos metodológicos, alguns indicados por Silva *et. al.* (2020).

Em contrapartida, o uso irrefletido da inteligência artificial como recurso de menor esforço consolida o plágio moderno: um atalho que fornece respostas rápidas e aparência de conhecimento, mas que elimina o percurso da dúvida e da reflexão crítica. Sem a mediação pedagógica intencional (Faria, 2002), o estudante corre o risco de se tornar um mero replicador de dados automatizados, assemelhando-se ao "papagaio" descrito por Walter (1962), que repete conteúdos sem compreender seu significado ou finalidade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O RESGATE DO SUJEITO NA ERA DA PLATAFORMIZAÇÃO E DA HIPERMEDICALIZAÇÃO

A análise detalhada dos dados, referenciais teóricos e fenômenos sociais expostos ao longo desta obra revela que a crise da educação contemporânea não se configura como uma crise estritamente técnica de ferramentas, infraestrutura ou plataformas digitais. Trata-se, fundamentalmente, de uma crise de sentido, de autoridade e de concepção de ser humano.

A emergência de uma infância simultaneamente plataforma e hipermedicalizada — caracterizada pela expansão dos diagnósticos psiquiátricos precoces, pela dependência de interfaces digitais para a gestão do comportamento e pela exposição contínua da imagem infantil — reflete uma sociedade que perdeu a capacidade de sustentar o tempo lento, o tédio, a frustração e a mediação presencial indispensáveis à formação da subjetividade autônoma.

A utilização de recursos tecnológicos desregulados e a automação do aprendizado via ferramentas de inteligência artificial geram atalhos cognitivos que simulam resultados, mas que, na realidade, promovem o apagamento da reflexão crítica. O fenômeno dos "falsos positivos" comportamentais, a busca por laudos como estratégia de facilitação acadêmica e a fraude escolar mediada por comunidades virtuais sinalizam que, ao terceirizarmos o esforço do

pensamento e a imposição de limites, automatiza-se a mediocridade e fragiliza-se o sujeito em formação.

A educação, compreendida sob a ótica construtivista e sociointeracionista, não se realiza pela simples transmissão mecânica de conteúdos ou pelo treino algorítmico de respostas prontas. Ela pressupõe o percurso do erro, a tentativa, o diálogo presencial e a mediação humana. A escola não deve se curvar à condição de "centro de convivência" passivo ou de mero apêndice do mercado de entretenimento digital. A sua função social e ética é constituir-se como o espaço da alteridade e do rigor intelectual, no qual o "não" pedagógico do educador opera como um contraponto necessário ao consumo ilimitado das interfaces digitais.

Recuperar a infância das dinâmicas do espetáculo mercantil e resgatar o conceito de equidade de sua apropriação como privilégio representam tarefas urgentes para pais, educadores e gestores. Trata-se do compromisso ético de assegurar que o futuro não seja marcado pelo apagamento da subjetividade, mas pela formação de sujeitos autônomos, críticos, virtuosos e verdadeiramente conscientes de sua inteligência e de sua presença no mundo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAND. **Estudantes usam Discord para fraudar lições e provas em São Paulo**. Jornal da Band, São Paulo. Disponível em: <<https://www.band.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/estudantes-usam-discord-para-fraudar-licoes-e-provas-em-sao-paulo-202509092007>>. Acesso em: 21 mai. 2026.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para o uso de inteligência artificial na educação básica**. Brasília, DF: MEC, 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental em dados**. Sistema de Informações da Atenção à Saúde Mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental/saude-mental-em-dados>>. Acesso em: 21 mai. 2026.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COSTA, Ornélio de Almeida. **Linguagem de programação voltada para a educação**. Monografia (Pós-graduação em Educação Matemática) – Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Lorena, 2005.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática: da teoria à prática**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2005.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças**. Tradução de Inês Fraga. Lisboa: Contraponto, 2021.

FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Educação pré-escolar e cultura**. São Paulo: Cortez, 2002.

GIROUX, Henry A. **Teoria crítica e resistência em educação: para além da teoria da reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Psicologia social crítica: como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

HICKMANN, Janete *et. al.* Post-pandemic education: use of technologies and recomposing learning in debate. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 16, p. e367111638452, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i16.38452. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/38452>. Acesso em: 13 ago. 2026.

ROSA, Sanny S. da. **Educação e subjetividade: guia prático para professores e pais**. São Paulo: Ática, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Manual de uso ético de ferramentas de IA no currículo paulista**. São Paulo: Seduc-SP, 2026.

SCHWARTZ, Barry. **O paradoxo da escolha: por que mais é menos**. Tradução de Jussara Simões. Rio de Janeiro: Girafa, 2007.

SILVA, Juliana Lins da; COSTA, Michel da; SILVA, Aparecido Fernando da; TAVARES, Elisabeth dos Santos. Práticas Pedagógicas com uso de materiais manipuláveis: possibilidades nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sob a ótica da BNCC. **Revista Ágora**. Unimes Virtual. Vol.3 – Número 6 – Dez. 2019/Jan.2020. Disponível em: <https://periodicosunimes.unimesvirtual.com.br/index.php/formacao/issue/view/114>. Acesso em: 10 out. 2026.

SIMON, Herbert A. Designing organizations for an information-rich world. In: GREENBERGER, Martin (org.). **Computers, communication, and the public interest**. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1971.

VALENTE, José Armando (org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.

WALTER, W. Grey. **O cérebro vivo**. Tradução de Nelson de Albuquerque. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

WILLIAMS, James. **Stand out of our light**: freedom and resistance in the attention economy. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. **The Christian atheism**: is it possible to be a Christian without believing in God? London: Bloomsbury Academic, 2024.